**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA**
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS- CAMPUS V**
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

LANA LESSA DOS SANTOS HORA

# O BONGA E A ADMINISTRAÇÃO COLONIAL PORTUGUESA:
## Imagens e representações no Vale do Zambeze, Moçambique (1855-1876)

Santo Antônio de Jesus/BA
2022

LANA LESSA DOS SANTOS HORA

# O BONGA E A ADMINISTRAÇÃO COLONIAL PORTUGUESA: Imagens e representações no Vale do Zambeze, Moçambique (1855-1876)[1]

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura em História do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia – Campus V como requisito parcial para a obtenção do título de licenciada em História.

Orientador: Prof. Denilson Lessa dos Santos

Santo Antônio de Jesus/BA
2022

[1] Esta pesquisa é a continuidade da pesquisa de iniciação científica, intitulada: *"A administração colonial portuguesa e os chefes locais: relações de poder e conflitos em terras ao Sul de Moçambique (1885-1930)",* produto do programa Afirmativa de pesquisa e extensão (PROAF), destinado a estudantes cotistas que desenvolvem pesquisas na área de estudos africanos e afro-brasileiros.

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

H811b Hora, Lana Lessa dos Santos

O BONGA E A ADMINISTRAÇÃO COLONIAL PORTUGUESA:: Imagens e representações no Vale do Zambeze, Moçambique (1855-1876) / Lana Lessa dos Santos Hora. - Santo Antônio de Jesus, 2022.

39 fls.

Orientador(a): Denilson Lessa dos Santos.
Inclui Referências
TCC (Graduação - História) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Campus V. 2022.

1.Relações de poder. 2.História de Moçambique. 3.Colonialismo. 4.Zambézia.

CDD: 967

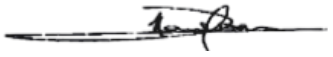
**Lana Lessa dos Santos Hora**

# O BONGA E A ADMINISTRAÇÃO COLONIAL PORTUGUESA: Imagens e representações no Vale do Zambeze, Moçambique (1855-1876)

Artigo apresentado ao curso de Licenciatura em História do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia – Campus V como requisito parcial para a obtenção do título de licenciada em História.

Santo Antônio de Jesus, 21 de dezembro de 2022

BANCA EXAMINADORA



Prof. Denilson Lessa dos Santos
(Universidade do Estado da Bahia- Campus V)

Prof. Hamilton Rodrigues dos Santos
(Universidade do Estado da Bahia- Campus V)

Prof. Wilson Roberto de Mattos
(Universidade do Estado da Bahia- Campus V)

## Resumo

No último quartel do século XIX, após a independência do Brasil, Portugal aprofundou o processo de ocupação colonial portuguesa, evidenciando um projeto cujo objetivo não era só a ocupação da terra, mas também a exploração dos recursos naturais e humanos em Moçambique. Até então, o interesse português era comercial e sua influência consistia numa rede de feitorias e fortalezas, com poucas pessoas, na costa oriental, e algumas vilas isoladas no interior do território. Logo, a região do atual Moçambique não era colônia efetiva de Portugal. Bem como, os envolvidos nessa dinâmica comercial estavam cientes de que somente era possível comercializar na região mediante a colaboração das lideranças locais, os régulos. Assim, o nível de poder exercido pelos portugueses com esse novo projeto colonial alterou as relações com os grupos sociais e políticos em África, sobretudo com os régulos. A relação que antes era essencialmente comercial, procurou se enquadrar numa política voltada à efetivação da posse da região e a uma eficaz exploração de suas riquezas. Dentro da historiografia surgiram diversos debates sobre a ação dos régulos, alguns defendiam que os chefes locais agiram estrategicamente, ora negociando com o sistema colonial, ora resistindo. Assim, este artigo busca compreender a relação entre o régulo Bonga e a administração colonial, baseado nas imagens e representações construídas pelos agentes coloniais portugueses durante o período de chefia do Bonga, no prazo de Massangano (1855-1876).


Palavras-chave: Bonga. Zambézia. Moçambique. Colonização. Portugueses

**Abstract**

In the last quarter of the 19th century, after Brazil's independence, Portugal deepened the process of Portuguese colonial occupation, highlighting a project whose objective was not only the occupation of land, but also the exploitation of natural and human resources in Mozambique. Until then, the Portuguese interest was commercial and its influence consisted of a network of trading posts and fortresses, with few people, on the east coast, and some isolated villages in the interior of the territory. Therefore, the region of present-day Mozambique was not an effective colony of Portugal. As well, those involved in this commercial dynamic were aware that it was only possible to trade in the region through the collaboration of local leaders, the régulos. Thus, the level of power exercised by the Portuguese with this new colonial project altered relations with social and political groups in Africa, especially with the régulos. The relationship, which before was essentially commercial, sought to be framed in a policy aimed at the effective ownership of the region and the effective exploitation of its riches. Within the historiography, several debates emerged about the action of the régulos, some defended that the local chiefs acted strategically, sometimes negotiating with the colonial system, sometimes resisting. Thus, this article seeks to understand the relationship between Régulo Bonga and the colonial administration, based on the images and representations constructed by Portuguese colonial agents during Bonga's leadership period, during the Massangano period (1855-1876).

Keywords: Bonga. Zambezia. Mozambique. Colonization. Portuguese

## INTRODUÇÃO

> Éste potentado, produto híbrido do cruzamento de sangue índio e negro, fora nomeado sargento-mor e ainda em 1867 o infeliz governador Gouveia, que devia morrer às mãos da gente do Massangano, considerava esta aringa como um baluarte avançado que punha Tete a coberto das incursões dos vátuas. [...]De tôda história de Moçambiqiie, táo cheia de desgraças e de humilhações, é êste episódio dos Bongas o mais doloroso, o mais aflitivo para o coraçáo português"
>
> (ALBUQUERQUE, 1934, p.50)

Em seu relatório *Moçambique (1896-1898)*, o então Governador Geral da colônia Joaquim Augusto Mousinho de Albuquerque, conhecido por ter liderado a guerra contra os Vátuas que culminou com a captura do régulo de Gaza Gungunhana (1895), expõe os resultados do que ele tentou fazer por Portugal no desenvolvimento de Moçambique. Segundo o autor, Moçambique precisava da atenção, recursos e ação direta da Coroa Portuguesa; e afirmou que dentro da história de Moçambique, as expedições portuguesas contra o Bonga e contra seus descendentes foram as mais dolorosas para os portugueses.

O Bonga, ao qual Mousinho Albuquerque se refere, foi batizado em Tete com o nome de Antônio Vicente de Cruz. Em uma seção deste artigo discutiremos sobre esse régulo, mas ele é descrito pelos portugueses como "bicho papão fetichista" (Pelissier, 2006) por derrotar as quatro expedições enviadas para matá-lo e tomar posse do território de Massangano; forçando os portugueses a negociar um acordo de *paz indigna* (Castilho, 1891) pelo bem do comércio português no rio Zambeze.

A vida desse personagem histórico é o reflexo da própria dinâmica que existia na região do Vale do Zambeze nesse período, onde conciliava partes dos mundos africano, português e entre outros. E, por mais que Portugal reivindicasse a posse do território para si, a região litorânea do atual Moçambique era um espaço que convivia, para além das populações autóctones, diversos grupos no século XIX com comerciantes árabes, indianos, britânicos, franceses, brasileiros, entre outros, transitando e negociando e, principalmente, lucrando em função das riquezas ali encontradas.

Todavia, antes de adentrarmos na discussão planejada, é necessário dilucidar a respeito da abordagem aqui proposta. O objetivo desta investigação foi compreender a dinâmica de poder, sobretudo, as narrativas coloniais sobre o régulo

Bonga elaboradas por agentes da coroa portuguesa em África durante o período de reorganização da política colonial de Portugal.

Então, a fim de analisar mais de perto as narrativas criadas nos relatórios de expedições e seus subprodutos, estabeleci como recorte temporal o período em que o Bonga assume a chefia do território de Massangano e inicia as relações diplomáticas comerciais com os portugueses até a sua morte. Assim, esta análise histórica está situada entre os anos de 1855 e 1876.

A relação entre o Bonga e a administração colonial portuguesa está centrada em um contexto mais amplo de projeções e interesses dos portugueses sob o território africano, no qual foi emergente da perda do Brasil como colônia. A independência do Brasil representou a perda da principal fonte de acumulação de capital para a burguesia mercantil e para o Estado português (ALEXANDRE, 2004), e revelou sobretudo, a natureza da crise estrutural na metrópole (THOMAZ, 2002), iniciada com a transferência da corte para o Brasil, bem como a queda do prestígio político frente a outros países europeus.

Nesse sentido, a alternativa mais discutida no parlamento e na imprensa, era o desenvolvimento econômico, principalmente agrícola, das possessões africanas, no qual deveriam competir com os produtos brasileiros (JERONIMO, 2012). Entretanto, os territórios africanos reivindicados por Portugal continuavam ligados ao tráfico de humanos, sobretudo com o Brasil, que, apesar de ilegalizado, manteve índices altos até 1851[2].

Na região do atual Moçambique, particularmente, a ocupação era ainda mais frágil, pois a dominação de Portugal era limitada a algumas regiões no litoral; e das poucas vilas e entrepostos comerciais existentes no interior do território, as relações sociais e trocas mercantis foram feitas alianças com régulos, os chefes locais. Inclusive, havia sugestões de oficiais, jornalistas e parlamentares para vender o território de Moçambique, pois assim como outros territórios, essa possessão representava um atraso no desenvolvimento da economia da metrópole (FERREIRA, 1891) e que aumentasse os investimentos em colônias que estivessem prosperando, a exemplo de Angola, São Tomé e Príncipe. Nesse sentido, Delfim

[2] Fim do tráfico de escravizados para o Brasil

José de Oliveira, ex governador das províncias de Tete e Quelimane, apontou, em seu famoso *A província de Moçambique e o Bonga (1879)*, que:

> [...]Naquella tão rica quanto malfadada colonia, tudo parece conspirar para a sua completa ruina, pelo abandono, como que systhematico, a que tem sido votada por todas as situações politicas, que desde muitos annos têm presidido aos destinos de Portugal. [...] Se Portugal não póde ou não quer olhar com mais amor para Moçambique, a mais vasta e a mais rica das suas colonias, RENUNCIE, em quanto póde fazel-o com alguma vantagem, aos direitos que tem á sua tutela.
>
> (OLIVEIRA, 1879, p. V)

Dessa forma, a criação de um "novo Brasil" (Thomaz, 2002) em África significaria a necessidade de extinguir o tráfico de escravizados; enfrentar resistência de lideranças locais; e mostrava a fragilidade do colono português diante das enfermidades do continente africano, além da disputa entre os países europeus que procuravam estender seu domínio à África e às terras do Oriente e, Portugal dispunha de pouca capacidade de ação.

Nesse cenário, é preciso salientar que até a conferência de Berlim (1884-1885) Portugal tinha interesse apenas em estabelecer um novo sistema econômico que unisse esses territórios a metrópole, ou melhor, um novo pacto colonial que voltasse a garantir a Portugal os ganhos que teria perdido com a independência do Brasil (Thomaz, 2002), a colonização como veremos após a conferência de Berlim, ainda não era uma realidade no terceiro quartel do século XIX, seu poder era bastante superficial e seus interesses eram voltados para o campo econômico, não havendo investimento nas colônias, como Moçambique. Então, apesar da efervescência causada pela questão colonial, é somente, com a chegada de Sá de Bandeira no Conselho Ultramarino e com a relativa estabilidade política naquele momento, que Portugal inicia de fato a configuração do novo império centrado em África, objetivando assegurar transações comerciais, consolidar as bases já estabelecidas nos litorais e expandir para os interiores das colônias.

Aqui, entram em cena duas correntes sobre o projeto colonial português a ser posto em prática. Uma tendia abrir os territórios africanos ao capital e comércio externo e a outra, baseada no prestígio histórico do império, acreditava na reserva da exploração ser exclusivamente portuguesa. Partindo do pressuposto de que para efetivar o projeto de transformar as colônias africanas em colônias produtivas era

necessário Portugal adentrar o interior de Moçambique e consolidar o seu domínio ao longo do Zambeze.

Nesse contexto, as relações entre a administração colonial e os chefes locais na região dos antigos prazos da Coroa serão pontos de discussão entre os colonialistas portugueses, afinal, muitos desses indivíduos já estavam inseridos nas redes interpessoais em Moçambique e não iriam abrir mão de sua autonomia. Indivíduos como o Bonga, que dialogavam com diversos grupos, africanos e europeus, foram vistos como rebeldes e se tornaram alvos de expedições militares portuguesas.

Então, a relação que antes era essencialmente comercial, procurou-se enquadrar numa política voltada à efetivação da posse da região e a uma eficaz exploração de suas riquezas. Empenhados em colonizar Moçambique, muitos intelectuais, militares e funcionários do Estado acreditavam no crescimento de Portugal a partir da ocupação dos territórios e exploração dos recursos naturais e humanos das sociedades africanas, justificada pelo discurso civilizatório e embasada nas representações criadas sobre os sujeitos.

Porém, é preciso ter em mente que essa representação, ou melhor, essa (re)construção do real se faz de acordo com as categorias culturais e mentais de quem viu ou de quem escreve e da interação entre esses sujeitos, bem como pretende-se quase sempre transmitir algo a um potencial leitor.

Diante do exposto, a problemática que orientou a escrita desse artigo se configurou a partir de dois questionamentos básicos: como as narrativas coloniais, criadas pelos agentes do colonialismo foram moldadas pelas relações com as lideranças africanas, além de estarem relacionadas ao projeto colonial desenvolvido pelos portugueses na região da Zambézia.

Inicialmente, compreendi que estudar a África e as suas populações é adentrar num continente extremamente diversificado nos aspectos sociais, culturais, políticos e populacionais, mas também é compreender como a ação colonial foi cruel para com as populações africanas e como elas ainda são impactadas pelas consequências do colonialismo. Neste sentido, investigar o processo histórico, que foi a colonização em África, possibilita compreender o racismo e a exclusão social

que as populações africanas e afro-diaspóricas sofreram e ainda sofrem. Mbembe (2014) demonstra que,

> ao reduzir o corpo e o ser vivo a uma questão de aparência, de pele ou de cor, outorgando à pele e à cor o estatuto de uma ficção de cariz biológico, os mundos fizeram do Negro e da raça duas versões de uma única e mesma figura, a da loucura codificada. Funcionando simultaneamente como categoria originária, material e fantasmagórica, a raça tem estado, no decorrer dos séculos precedentes, na origem de inúmeras catástrofes, e terá sido a causa de devastações físicas inauditas e de incalculáveis crimes e carnificinas.
>
> (MBEMBE, 2014 ,p.11)

Em outras palavras, os efeitos do colonialismo nos africanos e nos afro-diaspóricos acarretou o genocídio destas populações e exclusão sócio-econômica, por exemplo. Ademais, essa representação midiática negativa e o desconhecimento da história africana em sala de aula acarretaram nos alunos memórias e imagens depreciativas e discriminatórias. A título de exemplo, destaque-se o fato dos negros só aparecem nos livros didáticos de história nos assuntos relacionados à escravização no Brasil e, dentro disso, ainda são mostrados como seres bestializados e selvagens. Consequentemente, isso é reflexo do lugar de invisibilidade em que a historiografia ocidental colocou durante muito tempo as populações africanas e afro-diaspóricas.

Assim,

> as representações são construídas em nosso imaginário não de forma passiva. Quase sempre incorporamos outras definições e conceitos de forma consciente, e mesmo que adotemos determinada postura menos irrefletida, ela pode ser alterada a qualquer momento, dependendo dos reflexos que nos chegam e de nossas intenções.
>
> (OLIVA, 2003, p.432)

Por isso este trabalho surge no sentido de destacar a importância das lideranças africanas frente ao colonialismo, pois é essencial adotar outras concepções sobre esses indivíduos, mostrando que o discurso colonial que sempre os caracterizou como excêntricos e caprichosos estava a serviço de uma estrutura colonizadora.

Além disso, contribuir com os estudos que refletem sobre o poder das narrativas coloniais na representação dos africanos e fortalecer os estudos africanos

e diaspóricos no Brasil – foram impulsionados com a lei 10.639/03 (BRASIL,2003). Essa lei busca diminuir a distância entre África e Brasil e eliminar as desigualdades e segregações que as populações negras sofrem, ou seja, reeducar as relações étnicas raciais no Brasil.

Tendo em vista, o intuito de investigar a construção de ideias, representações e o imaginário sobre o régulo, utilizei diferentes autores constituíram estudos sobre imaginário e representação no meu quadro de análise. Entre eles, destaco a importante obra de Valentin Yves Mudimbe (2013)- *A invenção da África – Gnose, Filosofia e a Ordem do conhecimento*, que problematiza os conceitos e discursos do que conhecemos como uma África mitificada, as "verdades" veiculadas pelos agentes do colonialismo bem como a imagem ocidentalizada e/ou eurocêntricas. E para pensar as relações de poder e concepção de discurso, utilizo o Michael Foucault (1970)- *A ordem do discurso,* que amplia o debate sobre análise do discurso e propõe pensar o discurso como uma força criadora, produtiva e possibilita que as ideologias se materializem.

Ainda sobre as discussões teórico-metodológicas, também, busquei as possibilidades contidas nas narrativas de viagem e nas memórias de guerra como fontes históricas em diálogo com a História Social e Cultural e os Estudos Africanos. Inserindo-se, ainda, nos estudos que discutem relações de poder e resistência no contexto de roedura e efetiva colonização, além de ter uma perspectiva interdisciplinar, com a Antropologia e Sociologia ao utilizar conceitos e autores das respectivas áreas, a exemplo do Omar Ribeiro Thomaz (2002).

Esse trabalho também adere ao pensamento decolonial, que se coloca como uma alternativa para dar visibilidade a grupos subalternizados pelo colonialismo e tem como um dos expoentes Homi K. Bhabha, que discute os conceitos de estereótipos e diversidade cultural para se pensar o contexto africano na obra denominada *O local da Cultura* (1998), levantando questões como a construção dos discursos de poder que asseguram o ideal de superioridade de um povo sobre outro.

Inserir sobre Iamara aqui

As memórias sobre a família Cruz, ao qual o Bonga faz parte, algumas obras foram veiculadas, entre elas se tornou referência sobre o território de Massangano,

por apresentar detalhadamente a genealogia do Bonga e as expedições contra essa família, cito os livros escritos por Feliz Gastão de Almeida Eça- História das guerras no Zambeze, Chicoa e Massangano ( vol. I e II) (1953 e 1954), que são descritos pelo autor como uma obra historiográfica, mas trabalhei não apenas como bibliografia, mas sobretudo como fonte primária e produto de uma consciência racista e colonialista existente nas narrativas e produções portuguesas após anos das Guerras com o Bonga.

Além das fontes acima citadas estarem disponibilizadas em arquivos digitais[3], outras fontes utilizadas foram: relatório de expedição, a exemplo do *Relatório da Guerra da Zambézia em 1888* do Augusto de Castilho (1891); e as percepções sobre as populações encontradas e sobre os "inimigos" e memórias de guerras de militares, que trazem suas reflexões sobre as derrotas frente aos Bongas e analisam a situação colonial; encontrando nos textos *A província de Moçambique e o Bonga* de Delfim Oliveira (1879); *Notícia acerca do Bonga da Zambézia* do Antônio Porfírio de Miranda.

A pesquisa foi conduzida a partir dos princípios metodológicos da História Social e dos estudos africanos e em termos qualitativos a interpretação das fontes de pesquisa baseou-se na análise do discurso. Utilizarei como ferramenta de análise a micro história, que tem seus interesses voltados para a análise das diferenças, dos conflitos e das escolhas, de situações em que a complexidade dos fenômenos históricos teria maior possibilidade de ser problematizada, ao propor um olhar microscópico e tendo uma aproximação íntima com as histórias dos sujeitos e das relações sociais.

Portanto, esse este artigo está dividido da seguinte forma: primeira seção, intitulada *Vale do Zambeze: riquezas e cobiças no interior de Moçambique,* em que analiso sobre a importância da Zambézia, principalmente o vale do Zambeze, no contexto internacional e para os portugueses; seção dois, intitulada *"A nodoa de sangue": Narrativas portuguesas sobre os Bongas,* apresento a genealogia da família do Bonga e analiso como desde o primeiro membro dessa família é

[3] Repositório Memórias de África e do Oriente (projeto da Fundação Portugal-África desenvolvido e mantido pela Universidade de Aveiro e pelo Centro de Estudos sobre África em Portugal), a Hemeroteca Digital de Lisboa, a Biblioteca Nacional de Portugal, o Europeana, o Arquivo Científica Tropical - repositório digital, a Torre do Tombo, Malhanga- Biblioteca colonial de Moçambique

construído um discurso estereotipado e racista nas narrativas. E por fim, a terceira seção *O régulo Bonga: suas teias e disputas de poder,* discuto as relações do régulo Bonga com os portugueses e outros grupos da região, além de refletir sobre a construção imagética sobre o régulo Bonga como um homem sanguinário, rebelde e insubmisso pelas narrativas coloniais.

## 1. Vale do Zambeze: riquezas e cobiças no interior de Moçambique

Em linhas gerais, as relações entre a África e o resto do mundo só foram possíveis graças aos rios e aos mares. De acordo com Hernandez (2008), foi a partir da procura por "grandes eixos de acesso ao interior" que, também, impulsionou a exploração do continente africano. Isso significa que ao controlar o curso dos rios, permitiria controlar o fornecimento de produtos nos territórios alvos de conquista e o estabelecimento de tratados diplomáticos com lideranças locais. Dessa forma, possuir um rio em territórios conquistados era símbolo de poder e de riqueza.

A partir do segundo quartel do século XIX, toda Europa expressava seu interesse nas riquezas do interior de África e por isso investia cada vez mais nas expedições para conhecer rotas e caminhos pelo interior. Livingstone[4], Stanley[5], Serpa Pinto[6] e outros exploradores foram patrocinados por iniciativas privadas e pelo Estado a fim de assegurar o comércio em favor de alguma nação europeia envolvida; a culminância dessas disputas estava expressa na ata assinada na conferência de Berlim (1884-1885), "assegurar as vantagens de livre navegação e livre comércio sobre os dois principais rios africanos: Níger e Congo"(Hernandez, 2008, p.62; CONFERÊNCIA DE BERLIM, 1885,p. 1).

Nesse contexto, do ponto de vista estratégico e geopolítico, o rio Zambeze por sua importância histórica e econômica para África Austral, passa ser objeto de

[4] David Livingstone (1841-1873) foi um médico, missionário e explorador britânico que se tornou conhecido por ter sido um dos primeiros europeus a atravessar o rio Zambeze e ter encontrado as Cataratas Vitória no século XIX.

[5] Henry Morton Stanley, jornalista anglo-americano, explorador, famoso por ter feito uma primeira viagem para África Central em busca do David Livingstone e uma segunda expedição, a serviço do rei Leopoldo da Bélgica, que levou a exploração ainda mais longe, encontrando a região da Bacia do Congo, em 1879.

[6] Alexandre Alberto da Rocha de Serpa Pinto foi um militar e administrador colonial português, ele participou da última expedição contra o régulo Bonga, em 1869. Oito anos depois, voltou à África Austral, em uma expedição que partiu de Benguela em direção a nas bacias dos rios Congo e Zambeze.

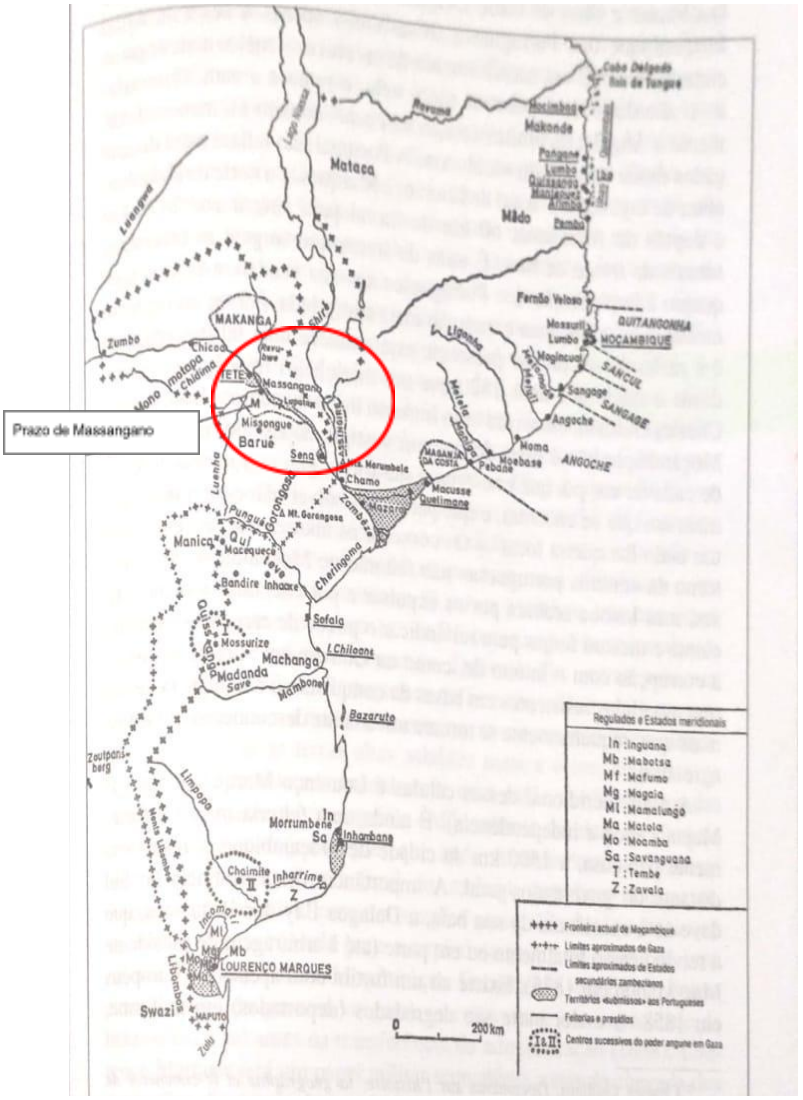
desejo e cobiça dos interesses portugueses, visto que ele é um dos maiores rios dessa localidade, atravessando oito regiões, hoje conhecidas como Angola, Botswana, Malawi, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue e Moçambique, e desaguando no Oceano Índico, além dos seus afluentes.

**Figura 1:** Mapa político de Moçambique

Fonte: https://www.infoescola.com/wp-content/uploads/2021/02/mapa-mocambique.jpg

Para a Coroa portuguesa, especificamente, o domínio do Zambeze possuía caráter de urgência, uma vez que o rio banhava uma boa parte do território moçambicano e era necessário para adentrar o interior da colônia. A Zambézia ao qual me refiro não corresponde apenas ao atual distrito da Zambézia, nem mesmo ao território anterior à independência de Moçambique. De acordo com Capela (1995, p. 16), esse espaço geográfico é onde “se desenvolveu ao longo de séculos o sistema senhorial matizado de características próprias e correspondendo sensivelmente às atuais províncias da Zambézia, Tete, Manica e Sofala”. Esse espaço vai além da região  do vale do Zambeze. Foi nesse contexto que se desenvolveu e se fortaleceu famílias como a do Bonga, no prazo de Massangano.

**Figura 2**-Mapa de Moçambique (1854-1857)




**FONTE:** PÉLISSIER, René. História de Moçambique: Formação e Oposição(1854-1918).Lisboa: Estampa, 1994, vol. 2, p. 42

Sendo assim, é válido enfatizar que, o domínio de Portugal sobre o território de Moçambique era bastante superficial, sua presença situava-se “entre a baía de Lourenço Marques e a baía de Tungue, junto à Cabo Delgado, fazendo-se sentir ainda numa extensa faixa entre Quelimane e Tete, no vale do Zambeze” (THOMAZ, 2002, p.44), em outros termos, o nível de controle dos portugueses estava restrito a algumas áreas do litoral e uma pequena porção no interior. E sua influência era bastante instável e circunstancial, por isso as relações com o poder local eram essenciais para o funcionamento das rotas comerciais no interior.

Por mais que a extensão do rio Zambeze ao longo de Moçambique fosse benéfica aos interesses coloniais, ela também era um obstáculo. Em seu relatório de 1888, oferecido ao Governo do Ultramar, o então Governador da Colônia, Augusto de Castilho[7], faz uma descrição detalhada do Zambeze e seus afluentes nos territórios de interesse. Dessa forma, Castilho, afirmava que:

> O paiz banhado pelo Zambeze e pelos seus affluentes acima mencionados é muito irregular. Na margem esquerda, e a partir do ponto fronteiro a Tete, apresenta-se elle sempre accidentado e pittoresco, sem contudo offerecer junto á margem difficuldades ao transito. Na margem direita do Zambeze não tem muito sensiveis differenças da sua vizinha.
>
> (Castilho, 1891, p.15)

Então, como mostra Castilho devido a irregularidade, as correntezas e outros aspectos do rio; a navegação era bastante perigosa em alguns pontos, por isso o transporte e a comunicação, entre o interior e o litoral, era preferencialmente terrestre e atravessando o rio em alguns pontos extremos, assim era essencial o estabelecimento de pontos de apoio ao longo das margens.

Nota-se que em seu relatório, Augusto de Castilho é bastante detalhista em relação aos aspectos naturais do território. Essa prática, de administradores, exploradores e outros representantes coloniais, é uma demonstração do principal interesse com esses relatos: o econômico, mas também, alimentar o discurso colonial sobre África e fomentar outras expedições.

Na visão desses autores, como Castilho, essas descrições eram importantes para o reconhecimento geográfico, a catalogação da fauna e flora; e serviriam para *a cruzada da civilisação do Continente Negro* (PINTO, 1946, p.20), ou seja, buscavam orientar a metrópole e seus sucessores na organização de ações coloniais nos territórios portugueses, afinal, colonizar significa, antes de tudo, dominar os recursos naturais e humanos (THOMAZ, 2002).

Outro elemento a se ter em conta, é a fertilidade do solo e o proveito que dele fosse possível tirar. Ainda nesse relatório, Castilho afirma que a região da Zambézia, onde parte do Rio Zambeze perpassa até desaguar no Índico, era pela sua vastidão, pela ferocidade do seu solo, o coração da província e cabia ao governo estudar maneiras de desenvolvê-la (CASTILHO,1888, p.81). Essa afirmação de

[7] Augusto de Castilho foi um militar português, foi Governador Geral de Moçambique (1885-1889) e liderou a expedição que pôs fim ao território de Massangano em 1888.

Castilho, corroborada por outros agentes da Coroa que passaram pela Zambézia, não é novidade para Portugal, visto que desde o século XVII, representantes portugueses circulavam pela região do vale, por isso a exploração agrícola, além da exploração mineralógica, sempre foi um objetivo para os portugueses na Zambézia.

A primeira tentativa de efetivar esse objetivo, surgiu ainda no século XVII, com a implementação do aforamento de prazos da Coroa. Sob a ótica jurídica portuguesa, essa forma de colonizar Moçambique, consistia em arrendar terras (prazos) a indivíduos para se estabelecerem na colônia. Esses prazos eram concedidos por três gerações e deveriam ser transmitidos através da via feminina (e europeia), ao fim dessas três gerações, o prazo voltaria para coroa, no qual seria renovado.

Essas terras, os prazos, eram dadas em aforamento a portugueses, goeses (indivíduos naturais do Estado de Goa) e mestiços, como retribuição de serviços prestados à Coroa; devendo os beneficiados pagar um foro (imposto), prestar mais serviços e desenvolver a agricultura nas terras. Para Capela (1995), é justamente essa formulação legal, a esfera mais importante para compreender o sistema de prazos, assim, independente das particularidades dos prazos zambezianos ou das transformações socioculturais, um prazo continuava sendo uma instituição jurídica portuguesa, podendo ser reivindicada por representantes da Coroa em qualquer instância.

A partir dessa perspectiva jurídica portuguesa, o regime de prazos tornou-se uma “instituição” falida, que estava atrasando o desenvolvimento agrícola da Zambézia e comprometendo o balanço econômico de Moçambique. Devido à cobiça dos prazeiros que abandonaram sua missão inicial, que era investir na agricultura, para concentrar esforços no tráfico de africanos escravizados e na exploração aurífera. Além disso, de acordo o administrador Mousinho de Albuquerque (1934), o regime de prazos não obteve êxito também devido à origem dos indivíduos “beneficiados”, nas palavras dele:

> “portanto o ir-se inoculando sangue impuro não só nos habitantes da província mas até no reino. Era de mulatos a maioria de proprietários da Africa Oriental; deram-se-lhes patentes militares, investiram-se homens de côr nos mais altos cargos da magistratura.”
>
> (ALBUQUERQUE, 1934, p.52)

O discurso de Albuquerque influenciado pelo pensamento racista difundido no ocidente, expressava que os mestiços não possuíam as qualidades dos colonizadores brancos. De acordo Munanga (1999, p.19) acreditava-se na “filiação ao grupo inferiorizado e não ao superiorizado, por isso basta ser um pouco negro para sê-lo totalmente, mas para ser branco é necessário sê-lo totalmente”. Evidentemente, que o Munanga está discutindo a partir de um tempo e espaços diferentes da Zambézia do século XIX, entretanto, suas palavras servem para refletir sobre como essa consciência racista operava nas relações entre europeus e africanos. Então, nas entrelinhas, a crítica de Mousinho ao regime, defende que apenas o sujeito de linhagem branca e europeia teria capacidades intelectuais e morais de gerir os prazos, por isso eles fracassaram.

Entretanto, analisando o regime de prazos a partir de uma perspectiva sociocultural, é possível constatar que a instituição nos moldes português estava fadada à decadência, uma vez que a região da Zambézia possuía uma dinâmica socioeconômica e cultural própria antes da chegada dos portugueses, assim, a estrutura comercial permaneceu inalterada, mas sim com mudanças graduais e nem sempre estava diretamente relacionadas à esta nova dinâmica lusitana.

As populações locais já dialogavam e negociavam com mercadores árabes, inclusive tendo entrepostos comerciais, dessa forma o vale do Zambeze fazia parte da rede comercial do Índico, então os portugueses inseriram-se “em uma sociedade já marcada pelo contato entre culturas geograficamente distantes, inscritas em um contexto econômico em esfera marítima e interiorana” (FARRER, 2012,p.05).

Ademais, os prazeiros que ali se estabeleceram não foram graças a simples transposição de práticas empregadas em outros territórios coloniais como indica a legislação de prazos da Coroa, mas sim a própria conquista do território através de guerras contra populações locais ou doações obtidas de régulos poderosos através de acordos ou enlaces matrimoniais; nessa perspectiva, os prazeiros buscaram inscrever-se nas redes interpessoais e econômica já existentes.

Consequentemente, não houve uma hegemonia da cultura ocidental com a chegada desse elemento português, mas sim uma circularidade entre as culturas existentes e as “novas”, bem como, a carta de aforamento, recebida da metrópole, era uma formalidade preferencialmente para Portugal, que possuía um domínio

nominal sobre Moçambique e esse “contrato” era uma forma de comprovar a veracidade da colonização naquelas terras.

Então, a partir do terceiro quartel do século XIX, a retomada do território Zambeziano ou a venda da colônia será pautada em periódicos e nos debates do Parlamento português. Isso porque, como afirma Alexandre (2008), as gerações de colonialistas das décadas de 1860 e 1870 estavam desencantadas com a produtividade do território de Moçambique e preocupadas com a crise das finanças públicas de finais da década de 1860. E um desses problemas era a configuração dos prazos e a situação da Zambézia, na visão de Castilho (1891):

> O estado de guerra que na Zambezia se tem quasi tornado chronico ,tem sido o principal motivo do atrazo em que jaz ainda aquella região , e das difficuldades que o governo da metropole e o governo local têem encontrado em fazer progredir e desenvolver aquelle vasto territorio.
>
> (CASTILHO, 1891, p.7)

A decadência dos prazos nos moldes português, permitiu surgir uma outra configuração de poder na Zambézia; os prazeiros que ali se estabeleceram, com o avançar das gerações africanizaram- se[8], se tornaram régulos poderosos na região do Vale do Zambeze, independentes da administração colonial e estavam conectados comercialmente com senhores árabes e, por fim, com o oceano Índico e o mar da China (THOMAZ, 2002, p.51). Segundo Rita Ferreira (1982), os chefes autóctones de ambas as margens do Zambeze, guiados pelas suas conveniências pessoais ou pelos interesses dos seus povos, iniciavam, reforçavam, abandonavam as relações que mantinham com os senhores dos prazos, entretanto, atraídos pela segurança que oferecia o poderio militar dos prazeiros, muitos régulos tongas[9] das

[8] Para René Pélissier (2006, p.71), a africanização é esse movimento das famílias mestiças prazeiras que através das gerações adotaram e incorporaram as práticas culturais e filosóficas das culturas locais, além da mudança na estrutura socio-política, “cada vez menos impregnados de valores portugueses” e criando um estilo zambeziano.

[9] Não existe um consenso sobre o que seria o termo *Tonga,* Eugenia Rodrigues (2013 *apud* FARRER, 2020) afirma que Na região ao sul do rio Zambeze, inicialmente, grande parte das populações e comunidades eram designadas pelos portugueses como tongas/ botongas/ bitongas. Entretanto, Rita Ferreira (1982) discorda dessa abordagem afirmando que a denominação *tonga* seria utilizada para designar as populações estrangeiras pelos falantes do que futuramente seria denominado enquanto línguas chona, ele ainda acrescenta que claramente o ‘Reino de Betongua’, distanciado três dias de jornada do Reino do Barue, no itinerário para o Zambeze.

margens do Zambeze reconheceram a sua soberania, através de casamentos políticos e outros acordos.

De acordo com Pelissier (2006, p.70), a Zambézia interior é a guerra, e ela resumirá as dificuldades da conquista colonial em Moçambique, desempenhando no país o papel catalisador atribuído ao sul de Angola, do outro lado do continente. Para ideólogos da colonização, a instituição- Regime de Prazos da Coroa- tinha se tornado perversa para a economia e ameaçava o futuro político de Portugal no interior da província.

Por isso, desde a promulgação do decreto que estabelecia o fim dos prazos, em 1854, foram organizadas sucessivas campanhas coloniais a fim de cumprir esse propósito. A extinção ou a reforma possibilitaria criar condições para o desenvolvimento agrícola nos Rios de Sena[10] com base na atividade dos colonos (brancos) que por lá já viviam e posteriormente instalaram imigrantes lusitanos (ALEXANDRE, 2008, p.128). Os críticos dessa deliberação salientavam que para sua aplicação, exigia-se a *reconquista* dos territórios que foram doados em enfiteuse[11] e enfrentar a resistência dos chefes locais que não reconheciam a soberania de Portugal.

Da decadência dos prazos da Coroa, surgem novas configurações de território, classificadas por René Pélissier (1994) como *Macro- prazos* que foram transformados em Estados Secundários e por José Capela (1995) como *Estados Militares.* Eram organização política paralela à estrutura da coroa dentro dos prazos, formada por algumas famílias afrodescendentes donas destes territórios, os “senhores” de prazo não se entendiam como súditos da Coroa, por isso não pagavam mais o foro, fazia guerras de expansão e muitos, através de acordos matrimoniais asseguraram sua autoridade junto a dirigentes africanos. Entre as famílias que surgiram nesse território, destaco a família Cruz e o seu mais famoso

[10] Geograficamente, Vale é uma região entre montanhas ou colinas, podendo circular águas de um rio ou ser glaciares (gelo). Assim, o vale do Zambeze seria a região imediatamente próxima ao rio Zambeze (margem direita e esquerda). *Rios de Sena* compreendia todo território tipo como português no Vale do Zambeze, desde a foz desse rio até o Zumbo. De acordo com Capela (1995), o neologismo *Zambézia* passou a ser utilizado na documentação a partir do final do século XIX.

[11] Dentro do direito romano, Enfiteuse consiste na permissão dada ao proprietário de entregar um bem a um terceiro mediante o pagamento de uma pensão ou foro.

representante, o Bonga, que não chegou a empreender uma campanha anti-lusitana, entretanto defendeu sua soberania e autonomia no seu território.

## 2. “A nodoa de sangue”: Narrativas portuguesas sobre os Bongas

“De que familia procede o Bonga- Como se prova em que de ha muito tempo existe nesta familia o espirito de rebelião- A nodoa de sangue” (Miranda, 1869,p.5). Diferentes militares, administradores e outros representantes portugueses, a exemplo do médico Antônio Porfírio de Miranda[12], em seus textos buscaram traçar uma retrospectiva genealógica do Bonga e da família Cruz, no intuito de ratificar a teoria da existência de um “espírito de rebeldia” desde o membro mais antigo dessa família. Desse modo, “esta família foi encarada no sentido patológico, como uma doença a ser diagnosticada e para tal a anamnese fazia-se imprescindível” (NEPOMUCENO, 2019, p. 95).

Ao apresentarem as trajetórias de vida dos antepassados do Bonga, alguns autores discorriam diferentes versões e tais narrativas possuíam discrepâncias em relação às informações apresentadas, além disso, a deficiência e desorganização dos arquivos da colônia contribuíram para tal, então foram poucos os autores que conseguiram registrar como de fato surgiu essa linhagem, entretanto quase todos eles perseguiram o mesmo objetivo: identificar o primeiro rebelde dos Cruz.

Para comprovar a ida de Nicolau da Cruz para região dos Rios de Sena, Eça (1953) apresenta um ofício enviado pelo Governador de Tete e afirma:

> Baltasar Manuel Pereira do Lago oficiou em 12 de agosto de 1766 ao governo central, em Lisboa, a comunicar que pedira ao Governo de Goa, em nome de sua Majestade, um corpo de 60 sipais, para pôr de quartel na Vila de Tete, a fazerem ali o serviço de escolta aos comboios dos mercadores para a Feira do Zumbo, desinfetando os caminhos públicos…
>
> (Eça, 1953, p. 43)

O primeiro membro ascendente da parentela do Bonga, se chamava Nicolau Pascoal[13], um homem siamês (natural de Sião- atual Tailândia), solteiro, em torno de 28 anos. Serviu ao Estado de Goa como soldado durante 8 ou 9 anos, depois como

[12] Médio cirurgião que esteve na última expedição contra o Bonga, em 1869. Autor da obra “Notícias acerca do Bonga da Zambézia” (1869).

[13] Segundo Eça(1953) após chegar a Tete, Nicolau Pascoal adotou o nome da sua família paterna - Cruz, assim passou a se chamar Nicolau Pascoal da Cruz.

cabo de esquadra de artilharia. E foi para Tete no posto de sargento com a Companhia de Sipaios[14] enviada para ajudar a conter as investidas da “gente do Monomotapa e os Maraves” (Eça, 1953, p. 45) a pedido do Governador de Moçambique Baltasar Manuel Pereira do Lago.

Os chamados prazos da Coroa, era uma prática comum no Estado de Goa, na Índia, mas, também, essa “instituição” foi adotada nas terras dos Rios de Sena, devido às condições da colônia; os prazos da Coroa eram concedidos a mulheres e transmitidos pela descendência feminina. Nesse contexto, muitas das terras estavam nas mãos das descendentes de reinóis, indianos e africanos, então, visando aumentar a fixação de soldados em Moçambique e acelerar o processo de colonização, o Governo geral de Moçambique com apoio da Coroa incentivava o casamento com essas mulheres, chamadas de *Donas Zambezianas* (RODRIGUES, 2005).

Nicolau da Cruz, foi um destes soldados, casou-se com Dona Luísa da Costa, Dona, em 2º geração, do prazo de Nhabzigo e recebeu como dote nupcial, o prazo de Chicoa, tornando-se Dona em 1ª geração, além de possuir outros bens (Eça, 1953). Nascida na região da Zambézia, Dona Luísa, na condição de uma mestiça, era filha de um estrangeiro com uma parente do Mutapa do Monomotapa, após o seu óbito em 1808, o prazo do Nhabzigo passou para sua filha Dona Micaella Roza de Costa e Cruz.

O casamento era uma instituição importante dentro da sociedade zambeziana. Através do enlace matrimonial, as alianças entre famílias e/ou grupos eram criadas e status social eram adquiridos, mantidos e ampliados. Assim, as mulheres e suas famílias mantiveram seus status ou passaram a ocupar posições de destaque frente à sociedade local, legitimadas pelos povos zambezianos e chanceladas pelos títulos portugueses (NEPOMUCENO, 2015, p.94). Depois de se estabelecer na Zambézia, Nicolau inseriu-se cada vez mais nos espaços sociopolíticos da região, ocupou diversos cargos e recebeu títulos da Coroa Portuguesa e do Monomotapa.

Nicolau e Dona Luísa agiam como senhores de prazos fiéis, pagavam o foro

[14] Soldados indianos, siamês e/ou asiáticos disciplinado e fardado de forma quase europeia enviados para colônia para auxiliar a administração colonial. O termo é derivado do persa sipahi

e o dízimo (Eça, 1953). Alistaram seus filhos na guarnição de Tete e casaram suas filhas com portugueses reinóis, militares, administradores em Moçambique, entre outros, seguindo o recomendado pela Coroa. Tiveram sete filhos e filhas, a saber: António José da Cruz; Dona Eugénia Maria da Cruz; João Vicente da Cruz; Dona Inácia Benedita da Cruz; Dona Micaela Rosa da Costa e Cruz; Dona Maria Bárbara da Cruz; Agostinho José da Cruz. Os filhos eram solteiros, o que facilitou o enlace matrimoniais com familias africanas e, alcançaram posição de destaque, com cargos ligados à administração portuguesa e por meio do casamento das filhas tiveram acesso a mais terras na região.

Diferente de seu pai Nicolau da Cruz, Antônio José da Cruz, filho mais velho, se casou com a irmã do Mutapa[15] Choofombo, chamada Cassere e ele assumiu a alcunha de *Bereco*. De acordo com Eça (1953), mantinha boas relações com portugueses e africanos da região; e, assim como os irmãos, foi alistado por seu pai na Guarnição de Tete, depois de um tempo tornou-se capitão da Companhia de Infantaria desta guarnição.

A trajetória de Bereco releva como as relações entre os Cruz e a administração portuguesa foram modificadas de acordo com as alianças que foram estabelecidas e se afastando cada vez mais do proposto pela Coroa portuguesa. Visto que, enquanto, as mulheres dessa família casaram-se com representantes portugueses e angariaram terras por meio do regime de Prazos, os homens da família Cruz não seguiram essa mesma perspectiva e buscavam ampliar seus relacionamentos com os estratos que detinham maior poder na região, consolidando alianças com as linhagens do Monomotapa e aderindo as tradições e costumes locais.

Em 1807, Bereco foi destacado para o cargo de guia e intérprete na expedição liderada pelo Governador Geral de Tete, Truão. A expedição tinha por objetivo reaver os bens roubados do Governador, pelo soldado da Guarnição de Tete, José Félix Rocha. O soldado havia sido enviado para uma expedição comercial por Truão para recolher algumas fazendas de seus prazos e não retornou no período determinado; além disso, a expedição iria punir o régulo Chimatanga por abrigar e proteger o soldado.

[15] título de soberano do reino do Monomotapa.

Esta expedição marcou a mudança na relação entre a família Cruz e os administradores portugueses, bem como, desdobrou em uma série de conflitos entre os descendentes de Bereco e a Administração colonial, isso porque o Bereco foi acusado de traição após a morte do governador Truão e esse episódio foi utilizado como argumento dos colonialistas portugueses para justificar a suposta rebeldia do Bonga.

O ex-governador da província Augusto de Castilho (1891) em seu *Relatório da Guerra da Zambézia em 1888* traz sua versão sobre a origem do Bonga. Ele afirma que:

> O mais antigo Cruz de quem a tradição conserva memoria é Joaquim Vicente da Cruz, conhecido tambem por capitão Cruz e cognominado Bereco . Este homem, que devia viver nos primeiros annos do actual seculo, era de caracter turbulento , traiçoeiro e bellicoso, manifestando já pouca sujeição ao governo portuguez. Quando o governador Villas Boas Truão, um dos mais notaveis que houve em Rios de Sena (como se pode ver de um seu curioso relatorio datado de 1806) foi fazer guerra no imperio do Monomotapa, ía acompanhado pelo Bereco, que ía encarregado da conducção e guarda das munições de guerra.
>
> (CASTILHO, 1891,p.29-30, *grifo nosso*)

Sua narrativa é produzida no final do século XIX e extremamente influenciada pelos escritos dos seus antecessores e marcada pelo rancor patriótico causado pelas derrotas sofridas pelos portugueses nas expedições enviadas contra o Bonga e os membros da família Cruz. No relato de Castilho, a construção da imagem de Bereco é carregada de adjetivos negativos e é atribuído um caráter vilanesco nas suas ações, já que ele planejava toda uma conspiração contra o "notável" governador Truão, que culminou na sua morte.

Voltando a 1807, uma vez organizada, a expedição partiu de Tete em direção a Chicoa com cerca de 160 homens das tropas regulares, mais tropas dispersas do Zumbo e de Manica, chegando a 170 pessoas para enfrentar a coluna de operações. Junto a eles foram "agregados escravizados para adensar a coluna" (EÇA, 1953, pp. 99-100) e guiada pelo capitão Antônio José da Cruz, o Bereco.

Próximo ao seu destino final, a coluna foi interceptada por um grupo de homens do Mutapa Choofombo. O confronto terminou com a vitória dos soldados portugueses; mas o capitão Cruz e o seu destacamento de soldados não retornaram, por isso o governador enviou o capitão Inácio Gomes dos Santos para

ajudar o colega. Ao final do mesmo dia, houve um novo confronto, dessa vez mais violento, que resultou na prisão do Governador Truão, do Capitão Cruz, seu irmão Agostinho José da Cruz e diversos soldados.

Diante do Mutapa e por intermédio do Capitão Cruz, o Governador Truão negociou a sua libertação, de seu grupo e o preço do resgate. No dia seguinte, o grupo de prisioneiros regressaria a Tete na companhia do "príncipe" Utiora do Monomotapa, que serviria de escolta e receberia o valor ajustado pelo resgate, porém, de acordo com Eça (1953,p.116), quando o dia clareou o governador e os outros prisioneiros foram mortos, como uma forma de prevenir retaliações.

Nas investigações sobre o episódio com o Gouveia, o governo interino de Moçambique, pontuou que:

> Suspeita-se que alguns Officiaes descontentes, que o acompanharão para aquella guerra, lhe forão traidores, avisando, e persuadindo o Inimigo, que se dispunha a retirar-se, que se não auzentasse, e que o nosso Campo brevemente ficaria rendido, por quanto estava falto de muniçoens de Guerra, e que finalmente não abandonasse o projecto em quanto não matasse o Governador.
>
> (Governo Inteiro de Moçambique- Arquivo Histórico Ultramarino- papéis avulsos, 1808)

O capitão Cruz era intérprete na expedição, uma posição de destaque por mediar a negociações entre os grupos, era cunhado do Mutapa Choofombo do Monomotapa e ter sobrevivido juntamente com seu irmão ao ataque, Bereco foi acusado de traição e conspirar para a morte do governador Truão tendo como desdobramento desse episódio o julgamento e o enforcamento do Bereco. Entretanto, o intuito dessa discussão não é atribuir juízo de valor às ações do Capitão Cruz ou reproduzir a narrativa dos documentos portugueses. Mas sim, perceber a complexidade das relações entre esses grupos, uma vez que a família Cruz tecia estratégias entre os diversos espaços socioculturais, demonstrando ser cada vez mais influente nos dois mundos.

Ademais, analisando os relatos dos colonialistas sobre o ocorrido torna-se evidente um padrão no discurso, onde negociações e questões de ordem política eram tratadas no patamar das paixões, da personalidade e até de vontades irracionais, pois ao destacar esse episódio na vida de Bereco, os autores buscam

destacar o surgimento e a continuidade do “espírito de rebeldia” dos Bongas[16].

Criou-se um estereótipo sobre a família Cruz, o rancor e a visão deturpada dos cronistas portugueses fizeram com que os primeiros membros dessa família tivessem sua identidade bagunçada e até modificada. Eça (1953) exemplifica essa adulteração mostrando que:

> O traidor, ou como tal indiciado, surgiu-nos inominado pelos coevos e sucessivamente com os nomes de José Agostinho da Cruz, Joaquim Vicente da Cruz, António José da Cruz , Pedro Caetano Pereira, ou ainda, como um simples cafre chamado Bereco; era natural ou oriundo da Zambézia, da índia, de Macau, da China e dos sertões de Tete ; foi capitão de milícias, capitão da guarnição , chefe gentílico ou mesmo nada !!!
>
> (EÇA, 1953 p.38)

Então, nessa perspectiva não importava a identidade do sujeito, pois ele era a representação daquele escopo que foi criado e que molda a relação entre os grupos. Como pontua Bhabha (1998) o estereótipo é uma forma de identificação que vacila entre o que está sempre "no lugar", conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido.

Seguindo a genealogia dos Cruz, após a morte de Bereco, assumiu em seu lugar, o seu filho primogênito Joaquim José da Cruz, mais conhecido como Nhaúde. Nhaúde manteve uma forte relação com sua tia, Dona Eugénia Maria da Cruz. “D. Eugenia criou e educou o sobrinho com o possível esmero, e fez dele um mercador sertanejo” (MIRANDA, 1869, p. 5). Quando sua tia não participava mais das negociações, Joaquim José da Cruz prosseguiu feitorizando os prazos, comercializando e organizando as caravanas.

Conforme Miranda afirma (1869) aproximadamente na década de 1840, Joaquim José da Cruz (Nhaúde) requereu o arrendamento dos prazos de Tipué e Massangano ao comandante militar de Tete, pois estavam abandonados. A solicitação foi autorizada pela administração colonial. Então, Nhaúde, estabeleceu-se na região com suas mulheres com as quais teve 17 filhos, sendo o Bonga seu primogênito.

A fixação de Nhaúde naquela região era interessante, para os portugueses, para conter o avanço dos povos Nguni[17], que de acordo com Eça (1953, 194)

[16] Forma como ficou conhecida a família Cruz após a morte do Bonga.

[17] A expansão Nguni aconteceu como resultado das lutas e transformações políticas conhecidas por Mfecane na África Austral. Ocorreram por volta da metade do século XVIII e foram causadas pela

“talavam a Zambézia, por vezes ameaçando Tete e assolavam os prazos vizinhos”, ademais o régulo era respeitado pela população local, assim a Coroa recorreu, além do chefe Nhaúde, ao apoio de outros arrendatários de prazos para proteger os “territórios portugueses”.

É com Nhaúde que Massangano se consolidou como um importante prazo naquela região, localizado entre Sena e Tete (territórios de jurisdição portuguesa), Massangano tinha uma localização estratégica, podendo cobrar todo tipo de imposto ou *saguate*[18] que julgasse necessário dos viajantes, comerciantes e navegadores que passassem pela região e assim Nhaúde fez.

Note que Massangano e Tipué não foram doadas a esposa do régulo, como indica a tradição da transmissão dos prazos, mas foi “formalizada” a ocupação junto aos portugueses e o Nhaúde, também, foi reconhecido pelo Mutapa como Senhor das terras de Massangano e do Tipué por meio de adoção de rituais de investiduras, sendo reconhecida pelas duas autoridades. Então, vemos uma consolidação da africanização dessa família, pois passaram cada vez mais a adotar a cultura do Monomotapa, realizando casamentos políticos com os principais dirigentes, consultando os espíritos dos antigos líderes que se manifestavam pelo respectivo *mpondoro*[19] antes de qualquer ação pedindo proteção física e espiritual e, distribuindo a parentes a administração de distritos (FERREIRA,1982).

Em 1853, o ex Governador de Tete Delfim de Oliveira em sua passagem pelo Zambeze se encontra com o Nhaúde. Em sua obra “A província de Moçambique e o Bonga” (1879), ele descreve esse encontro com Nháude:

> Em março de 1853 achei-me no Sungo, ao norte da Lupata cousa de duas milhas, onde vi o Inhaúde - de 50 annos pouco mais ou menos, baxo, magro, cor escura; o seu vestuario de gala era calça e jaqueta de riscado d’algodão azul e branco, camisa d’algodão cru, chapéu de mulala e chinelos. Passaria por macaco se o fato fôsse de cor escarlate- Era o pae do Bonga.
> Que tristeza eu experimentei naquelle covil e já fóra d’elle! Uma quadrilha de salteadores estabelecida e fortificada á beira do rio, unica estrada de Tete, a oito legoas d’esta villa!
>
> (OLIVEIRA, 1879,p. 8-9)

---

seca, fome e a busca por novos territórios. Nesse sentido, muitos povos fugiram para o território do atual Zimbabwe, Zambézia e para o Sul de Moçambique, onde deram origem ao Império Gaza.

[18] Eram uma espécie de taxa em respeito à autoridade e também um pagamento de imposto pela passagem na região sob o comando de determinado chefe.

[19] De acordo com Rita Ferreira (1982), *Mpondoro* significa Espírito Protetor em chisena.

O ex governador de Tete Delfim de Oliveira (1879) e o médico Porfírio de Miranda (1869), cronistas portugueses que conheceram e até conviveram com o Nhaúde e até o Augusto de Castilho (1891) em período posterior, descrevem o Nhaúde como um rebelde, ladrão e sanguinário, responsável por provocar diversos massacres aos portugueses.

Entretanto, o Felipe Eça (1953), mesmo dentro de um discurso racista, questiona essa narrativa do régulo ser *sanguinário,* ao trazer outros documentos que não foram utilizados por seus antecessores, mas é preciso destacar que ele não discorda que o Nhaúde seja um *rebelde* e *ladrão*, mostrando que o seu discurso está inserido dentro dessa consciência racista. Assim, Eça descreveu que:

> [...]no curto período do predomínio do Nhaúde em Massangano não se verteu ali uma só gota do generoso sangue português. E, como vimos, a única hecatombe a assinalar foi a de 15 de Outubro de 1853, em legítima defesa e praticada nas hordas negras de dois declarados inimigos do Estado, do quase negro e celerado Pedro Caetano Pereira, Quissaca, e do régulo Chimpampata , macombe do Báruè.
>
> (EÇA, 1953, p.376)

Ao analisar os meandros da narrativa, percebemos que o Nháude reconhecia a autoridade dos portugueses, todavia, não estava submetido aos desmandos dos administradores portugueses, visto que para ele as relações deveriam, em tese, ser horizontais e não verticais. O régulo tratava como mais um grupo naquele complexo território. Tendo em vista essa dinâmica, é possível concluir que os adjetivos atribuídos ao régulo nas narrativas, estão muito mais no campo dos interesses particulares, influenciados pela consciência racista europeia e dentro de uma estrutura colonizadora, do que presente na realidade local.

Como dito anteriormente, criou-se um estereótipo para a família Cruz. Visando rastrear esse espírito de rebeldia, essa imagem criada sobre o Nhaúde era produto do efeito de verdade probabilística criado pelo estereótipo, que não precisava ser provado empiricamente ou explicado de forma lógica (BHABHA, 1998), em outras palavras, dentro da lógica dos portugueses, não precisava comprovar a dita rebeldia do Nhaúde, afinal já existem discursos e narrativas (estereotipadas) que justificam a rebeldia dos Bongas e a necessidade da administração colonial em curar o Zambeze desse mal que é a família Bonga.

## 3. O régulo Bonga: suas teias e disputas de poder

Um homem negro, mestiço, com idade entre 30 e 35 anos aproximadamente, descendente da linhagem real do Monomotapa[20] e também descendente do bisavô, que era sino-português, Bonga foi descrito como "o bicho papão dos portugueses na Zambézia" (Pelissier, 2006, p. 73), por derrotar quatro expedições militares enviadas para "arrasar" seus territórios[21] e considerado um dos motivos para a situação de decadência que se encontrava a região da Zambézia.

Batizado com o nome de Antonio Vicente da Cruz, a origem multiétnica e multicultural do nosso personagem histórico é o reflexo da dinâmica própria que o território da Zambézia possuía nessa época. Sua trajetória é marcada pela educação através das culturas locais; assim, quando assume a chefia do território, ele é "de facto um chefe africano tradicional que invoca os espíritos de seus antepassados chona" (Pelissier, 2006, p. 121); ao mesmo tempo reivindicava status político e conhecia os códigos de poder dos portugueses.

Nascido em Tete, Bonga era filho de Nhaúde e Dona Felipa, como indica Castilho (1891) e Delfim Oliveira (1879). Sua mãe, como sugere Eça (1954), dispunha de inúmeros privilégios de linhagem de uma *Dona Zambeziana*, assim é possível constatar que ela possuía terras, colonos vivendo em suas terras, influência política e em alguns casos, escravizados. Como seus irmãos, cresceu dentro de Massangano, usando tanga quando criança, ao modo da cultura local (MIRANDA, 1869). Mas também aprendeu elementos da cultura portuguesa, como a língua.

"A mais nefanda culpa imputável a Joaquim José da Cruz é ter deixado neste mundo a sua abominável geração! Morreu o Nhaúde. Sucedeu-lhe o Bonga. Eis o corolário de uma tragédia imensa!" (EÇA, 1953, p.378). Seguindo a cultura Shona, a sucessão é patrilinear, logo, é feita pelo "irmão ou filho mais velho do defunto" (PÉLISSIER, 1994, p.414). Então, em 1855, após a morte de Nhaúde, o Bonga

---

[20] Era um rico e poderoso reino localizado entre os rios Limpopo e Zambeze, na região do atual país Zimbábue.

[21] Na historiografia, Massangano é considerado como um prazo e assim é tratado por historiadores do século XX. Entretanto, após o Bonga assumir o território, Massangano não é mais classificado como prazo da Coroa. René Pélissier (1994; 2006) classifica essas novas configurações de território como estados secundários.

assumiu a chefia do território, legitimado pelo reconhecimento da *batuca* (herança).

As narrativas portuguesas descrevem o régulo como “o mambo (potentado) mais pobre” (OLIVEIRA,1879); “um diabo pobre” (Eça, 1954) do vale do Zambeze, entretanto, essa descrição não condiz com o contexto, visto que além de ter herdado a influência política de seus antepassados, ele possuía os territórios dos prazos de Massangano, do Tipué e Mahembe.

O Bonga, também, ampliava suas riquezas através das taxas pagas por viajantes, comerciantes e aqueles que transitavam por via fluvial entre Tete e o litoral. Além disso, arrecadava o mussuco (tributo) dos moradores do seu território e das regiões sob sua proteção e influência. “Em 100 a 150 quilómetros de margens zambezianas, Bonga e seus sucessores são e serão a lei, e esta pode aplicar-se a cerca de 50.000 pessoas” (PÉLISSIER, 2006,p.122)

Durante os primeiros doze anos de gestão do prazo de Massangano, as relações entre Bonga e os portugueses eram amistosas. Para Pélissier (2006) o régulo praticava uma política de boa vizinhança. Na concepção do régulo, os portugueses eram aliados, por isso cumpria seu papel de prazeiro junto a administração colonial, pagando as rendas de seus prazos, inclusive as rendas atrasadas que o Nhaúde devia. Colaborava financeiramente com a igreja de Tete, batizou seus filhos, reprimia rebeliões contra a coroa lusitana e apoiava em outras guerras feitas pela administração colonial. Desde que os lusitanos não interferissem nos processos políticos internos de Massangano e das regiões sobre proteção e influência do Bonga.

No entanto, para os portugueses essa postura do régulo era vista como submissão às regras propostas no acordo com a Coroa, que foi reforçado ao conceder ao Bonga o cargo de sargento-mor de Massangano e do Tipué. Por isso, condenavam a sua atuação política ambígua, que seguia as proposições para um prazeiro, ao mesmo tempo que consolidava sua soberania junto a população do vale do Zambeze; comandava com uma justiça imperativa e exemplar (GALANTE,1945 *apud* NEPOMUCENO, 2019, p.119), assim como, realizava guerras de expansão. Portanto, a compreensão desse convenção firmada possuía significados distintos para os Bongas e para as autoridades portuguesas e permitia fugir das cobranças de compromissos, que não foram totalmente assumidos, e ainda permite perceber que

através desse “acordo de prazeiro”, Portugal deseja e projetava um domínio que o Bonga rechaçava em sua soberania e autonomia.

Além da sua política diplomática vista como flutuante, o Bonga representava uma ameaça para os planos de expansão dos portugueses no interior, Nepomuceno (2019, p.122) afirma que a expansão dos domínios do régulo já alcançava os dois lados do rio Zambeze, a sua influência e as alianças políticas estavam se ampliando até o Zumbo[22], bem como, a localização de Massangano ser entre Tete e Sena e até mesmo a capacidade de intervenção no fluxo comercial por via fluvial entre Quelimane, no litoral e o interior.

Como exposto anteriormente, ao total houveram quatro expedições para eliminar o Bonga, porém, concentrarei a discussão nos acontecimentos da primeira expedição, visto que as outras são desdobramentos e consequências da primeira expedição. A governança do Bonga sobre suas terras não agradava aos portugueses, mas até 1867 não tinha-se organizado uma expedição contra Massangano.

Em um dos ofícios enviados ao Secretaria Geral de Moçambique, o Governador inteiro do distrito de Tete, Capitão Miguel Augusto de Gouveia afirma:

> Desejo ver para sempre destruído aquele covil de salteadores assassinos, que envergonha o governo, aonde se praticam diariamente as maiores barbaridades, e que é um constante motivo de receios para quem viaja no Zambeze e entre esta Vila (Tete) e a de Sena.
>
> (Ofício do Capitão Miguel Augusto de Gouveia, 16 de agosto de 1806- Arquivo Histórico Ultramarino)

O Capitão Gouveia escreveu diversos ofícios para o Secretário Geral da província de Moçambique informando o que estava acontecendo em Tete e sobre o Bonga, e em todas as correspondências ele deixava explícito seu desejo de subjugar o régulo e da capacidade da tropa de Tete; seus ofícios não tiveram uma resposta autorizando qualquer expedição ou intervenção em Massangano.

Entretanto, Gouveia não se considerou inibido a agir, em razão de que seu propósito era apenas “acções policiais armadas para restabelecer a ordem pública criminosamente alterada na respectiva área administrativa” (EÇA, 1954, p. 89). Por isso, convocou alguns moradores, prazeiros, a guarnição de Tete e um grupo de

[22] Zumbo era um posto comercial dos portugueses, desde o século XVIII.

achikundas[23] contratados e iniciou os preparativos para expedição. E para dá uma aparência de legalidade, deu ordens ao juiz de Tete para organizar um processo com todos os supostos crimes cometidos pelo Bonga e emitir um mandado de prisão.

Evidentemente que não iremos generalizar, mas refletindo sobre o sentido das guerras para europeus e africanos, Luis Felipe Reis (2006) afirma que a guerra europeia era muito mais agressiva do que a africana. Diversos grupos africanos realizavam guerras, porém

> estas resumiam-se, geralmente, a uma única batalha corpo-a-corpo. Uma vez ganha esta, não se perseguiam os vencidos, e, no caso de o inimigo não estar ainda completamente derrotado, suspendiam-se as hostilidades à espera que o adversário viesse apresentar a rendição. (REIS, 2006, p.53)

Enquanto para os europeus, os destacamentos avançam e disparavam sobre o oponente até obterem a rendição incondicional ou, a aniquilação dos outros ou de si mesmos e se tratando de guerras contra africanos estava fora de questão render-se, era preferível a morte em combate, afinal era uma “vergonha nacional” essas derrotas. Não se pode negar, o discurso hiperbólico e patriótico dos colonialistas portugueses, mas considerando o discurso do Gouveia nos ofícios enviados ao Secretário Geral em seu desejo explícito de “destruir” Massangano, podemos concluir que sua “ação policial para trazer ordem” era uma declaração de guerra mascarada a Massangano.

Os destacamentos chegaram a Massangano seis dias depois de partir de Tete e ocuparam o território com certa facilidade, tomaram posse dele e “ no meio de geral e de grande contentamento, comeram e beberam talvez com excessiva despreocupação” (CASTILHO, 1891, p. 43 ), além do mais, receberiam um auxílio de 200 achickundas do prazeiro Belchior Nascimento.

Contudo, Bonga possuía olheiros em diversos pontos estratégicos, inclusive em Tete, por isso foi informado da movimentação do Capitão Gouveia. Assim ele decide abandonar a aringa[24] como estratégia militar e esperar a melhor oportunidade de combate, então quando as forças de Tete se estabelecem em Massangano, Bonga e seus homens surpreendem a todos. Ao final do combate, quase todos os

---

[23] Grupos de africanos, recrutados, que, para além de outras atividades, se dedicava ao manejo das armas ao serviço do prazeiro em atividades como a caça, a guerra e a escolta de bens (CAPELA, 1995).

[24] De acordo com José Capela (1995), em Moçambique, a formação de povoações de africanos fortificadas era conhecida como Aringa.

soldados foram mortos ou fugiram e o Capitão Gouveia foi preso, mas depois acabou sendo morto.

De acordo com autores como Capela (1995) e Felipe Eça (1954), a aringa de Massangano era um trunfo de poder, visto que foi construída pontualmente nas margens do rio Zambeze e Luenha, era cercada por estacas feitas de troncos das árvores. Em volta dispunha de elementos geográficos que ajudam na sua proteção. A exemplo da serra Bacapupembzué ou a Enganadora, tinha aproximadamente 300 metros de altura e ajudava a cobrir a retaguarda da aringa, além disso, além da extensa área coberta pelo rio, existia uma grande quantidade de bancos de areia em frente ao espaço. Dessa forma, sua localização era estratégica e preparada para o confronto, sendo de extrema importância na defesa do território.

Considerando o exposto, existe uma linha narrativa interessante nas publicações dos cronistas portugueses. Afirmavam que o Gouveia agiu por iniciativa pessoal, foi “imprudente” e “inconsequente”, todavia atribuem essas atitudes ao mais “puro patriotismo” (EÇA, 1954; OLIVEIRA; 1879) do governador, alegando que o Bonga estavam perturbando a ordem, envergonhando o governo português e, impedindo o comércio e a navegação no Zambeze, por isso era necessário defender “a memória de quem, com o seu próprio martírio, nela inseriu uma lutuosa página de sangue!” (EÇA, 1954,p. 92)

Em sua expedição pelo Zambeze, David Livingstone (1865) destaca que ao passar por Tete, um grupo de homens do Bonga liderados por seu irmão Mariano pararam a embarcação. O Bonga fez perguntas, viu que estavam carregando um governador adoentado e disse aos seus homens que os deixassem partir, ainda lhes deu uma ovelha, uma quantidade de arroz e lenha como presentes. O Livingstone além de missionário, era médico, então apesar de não revelar o nome do governador, esse episódio relatado é interessante para refletir sobre a sua posição nas localidades que passava e para demonstrar que as guerras com os portugueses não interferia na relação com outros europeus, como os britânicos, o autor conclui afirmando que tinha um bom relacionamento com os “rebeldes”.

Ademais, a relação entre o Bonga e o Gouveia era mais próxima do que o discurso oficial deixou explícito. O governador Gouveia tinha 16 anos vivendo em Tete, negociava marfim, era padrinho de alguns dos filhos do Bonga, tinha relações

comerciais com régulo e já tiveram desavenças pessoais e segundo Miranda (1869), o comportamento do Bonga estaria "prejudicando" o comércio na região, incluindo as negociações do Gouveia.

Então, é possível afirmar, que existiam interesses pessoais e menos patrióticos na ação de Gouveia, mas a imagem construída do governador era a do lusitano que acabava se corrompendo, mas que não abandonou sua pátria e animalizando o africano. Observe que, discurso significa poder e “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder”. (FOUCAULT, 1996, p. 10)

De forma resumida, a segunda expedição ainda em 1867 foi motivada por vingança, mas acabou com o mesmo final da primeira. A terceira (1868) e a quarta expedição (1869) também foram organizadas por motivos de vingança. Entretanto, as narrativas utilizadas ganharam um certa complexidade; nas palavras de Castilho (1891. p. 7) “o estado de guerra que na Zambezia se tem quasi tornado chronico, tem sido o principal motivo do atrazo em que jaz ainda aquella região”. Ou seja, a dita ação policial havia se transformado em uma guerra que estava afetando a colonização na Zambézia, não só em Tete.

Uma das características do “novo imperialismo” era a necessidade permanente de apresentar pretextos plausíveis para as “pequenas guerras” coloniais, sob pena de estas se tornarem impopulares, o que traria custos políticos e econômicos aos responsáveis (REIS, 2006, p. 67). A repercussão das derrotas portuguesas já havia cruzado o ultramar e chegado a Lisboa. Jornais, revistas e periódicos já especulavam sobre o que estaria acontecendo no vale do Zambeze e assim, começaram-se a construir representações e imagens sobre o Bonga.

Atribuia-se as derrotas ao uso de feitiçarias pelas gentes do Bonga, mas, também, pelo fato de existir pretos nas tropas coloniais e até de traições por parte de aliados dos lusitanos, que eram negros e/ou mestiços. Independente das justificativas, a racialização estava presente em todas elas, sempre atribuindo a negatividade ao indivíduo e a cultura do africano. Então é possível constatar que:

> os estudos sobre esse mundo não ocidental foram, antes de tudo, instrumentos da política nacional, contribuindo, de modo mais ou menos direto, para uma rede de interesses políticos-econômicos que ligavam as

> grandes empresas comerciais, as missões, as áreas de relações exteriores e o mundo acadêmico. (HERNANDEZ, 2008, p.18)

Isso revela que os discursos estavam a serviço de uma estrutura colonizadora e o Bonga era tido como um empecilho para consolidação dos projetos coloniais no Vale do Zambeze. As narrativas sobre ele, instrumento desse projeto colonial e a serviço dos interesses econômicos e políticos da elite portuguesa,se tornava, portanto, reducionista e preconceituosa, uma vez que era percebido como indivíduo incapaz de pensar, logo, incapaz de governar.

As relações de poder entre os Bongas e os administradores portugueses nem sempre eram hierarquizadas, sendo muitas vezes horizontalizadas, chegando a existir uma certa dependência mútua entre os grupos, mostrando uma hegemonia africana nessas disputas de poder, bem como, existiam outros elementos nessas relações como os britânicos e outros africanos, como o Mutapa. Foucault (1980 *apud* HALL, 2016) considera que existe uma circularidade no poder, ele está presente em todas as partes, não estando restrito a uma pessoa ou instituição, assim, nesse contexto essas relações entre os grupos se davam através de uma complexa rede de interações. Então, as imagens construídas nos relatórios e publicações produzidas por agentes portugueses eram visões reducionista e racista que buscaram evidenciar a rebeldia de um suposto súdito da Coroa e a necessidade de se combater esse “mal” no território português.

Nos relatórios analisados, existe sempre uma descrição da aparência física do Bonga, não só as vestimentas, mas também características biológicas e esse padrão se repete ao abordarem até a morte e o enterro do régulo, e também a aparência de seus antecessores. Obviamente, é um vestígio da etnografia, mas também é uma forma de demarcar espaços nessa visão colonial. A Oyèrónkẹ́ Oyěwùmí (2009, p.27) coloca que “ao corpo é dada uma lógica própria. Acredita-se que, ao olhar para ele, podem-se inferir as crenças e a posição social de uma pessoa ou a falta delas”. Existe essa concepção do corpo como uma metáfora social/racial, mas também o corpo dentro da perspectiva biológica, no qual ele apresenta características físicas diferente do corpo europeu, ao qual é exaltado pelos cronistas.

Portanto, é através do estereótipo que cria-se uma conexão entre o poder e a

representação desse sujeito. De modo geral, analisamos o poder sempre no campo da restrição ou da coerção física, contudo precisamos pensar esse exercício do poder na representação, pois aqui ele tem um carácter simbólico e cultural que são mais amplos, incluindo o poder de representar alguém de certa maneira- dentro de um determinado “regime de representações” (HALL, 2016, p.193). Pois, como coloca Mudimbe (2013, p.33) o colonialismo torna-se o seu projeto e pode ser pensado como uma duplicação e um cumprimento do poder dos discursos ocidentais sobre variedades humanas.

**Considerações finais**

Evidentemente, que a discussão sobre a trajetória do Bonga não se encerra aqui e deverá ser aprofundada em um futuro breve, mas desde já foi possível refletir sobre alguns aspectos. Então, como afirma Foucault (1970) a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos. Em outras palavras, o discurso define sujeitos, molda e posiciona quem são e o que são capazes de fazer.

É perceptível que nas narrativas portuguesas é construído um perfil de homem para essa figura de liderança, masculina e negra, assim como para outras figuras de liderança que se opuseram a dominação portuguesa como o régulo Gungunhana do Império de Gaza, em contrapartida o homem branco e europeu representava o ideal de masculinidade dentro dessa concepção racista.

Segundo Moutinho (1996), as opiniões dos colonialistas portugueses sobre os naturais da colônia, especificamente, sobre as lideranças, dividiam-se em duas partes principais, a primeira os adversários militares e a segunda como elementos das tropas indígenas. Em ambas as partes, os africanos eram representados como inferiores e primitivos, a diferença consiste no modo como eles se relacionam com os portugueses. Na lógica colonial todos os régulos africanos que se opuseram ao regime imposto eram considerados adversários militares e por isso são insubmissos

e rebeldes, não sendo “dignos” da dita salvação pelo colonizador, assim, são despersonalizados e identificados apenas com determinados “tipos”.

Dessa forma, ao analisar os discursos presentes nas narrativas portuguesas é necessário observar o lugar de enunciação e o universo cultural do sujeito. Os militares, administradores e os agentes do colonialismo estavam ligados simultaneamente à administração colonial, à comunidade científica e à sociedade lusitana. Nesse sentido, seus textos buscavam repercutir nas ações políticas em relação à colônia de Moçambique e no imaginário social acerca da província e sobretudo do régulo Bonga. Então, na visão ocidental dominante acerca de personagens como o Bonga, para atingir os interesses colonialistas, a Europa por meio de vasta produção de textos literários, jornalísticos, oficiais e religiosos, teria criado uma imagem distorcida de indivíduos que julgavam como insubmissos, ameaça e rebeldes.

**Fontes**

ATA GERAL DA CONFERÊNCIA DE BERLIM. Berlim, 1885. Disponível em: https://web.archive.org/web/20131029200637/http://www.casadehistoria.com.br/sites/default/files/conf_berlim.pdf. Acesso em 17 de dezembro de 2022

ALBUQUERQUE, Joaquim Augusto Mousinho de. Moçambique (1896-1898), vol II. Divisão de Publicações e biblioteca. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1934, p. 01-57. Disponível em: http://www.books.google.com.br. Acesso em 02 de julho de 2022

CASTILHO, Augusto de. Relatório da Guerra da Zambézia em 1888. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891. Disponível em: http://www.books.google.com.br .Acesso em 30 de setembro de 2018.

CUNHA, Amadeu. Serpa Pinto e o apelo de África. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, 1946. Disponível em: https://books.google.com.br. Acesso em 10 de outubro de 2022

EÇA, Filipe Gastão de Almeida de. História das guerras no Zambeze, Chicoa e Massangano, 1807-1888. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, Volume I, 1953. Disponível em: https://books.google.com.br. Acesso em 01 de setembro de 2022

_____. História das guerras no Zambeze, Chicoa e Massangano, 1807-1888. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca,

Volume II, 1954. Disponível em: https://books.google.com.br. Acesso em 27 de setembro de 2022

FERREIRA, Joaquim José; CASTILHO, Augusto de. Recordações da Expedição Zambézia em 1869. Elvas: Typographia Progresso, 1891.

Gouveia,Capitão Miguel Augusto de. **Ofício de 16 de agosto de 1806**- Arquivo Histórico Ultramarino *apud* EÇA, Filipe Gastão de Almeida de. História das guerras no Zambeze, Chicoa e Massangano, 1807-1888. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, Volume I, 1953. Disponível em: https://books.google.com.br. Acesso em 01 de setembro de 2022

**Governo Inteirino de Moçambique**- Arquivo Histórico Ultramarino- papéis avulsos, 1808 *apud* EÇA, Filipe Gastão de Almeida de. História das guerras no Zambeze, Chicoa e Massangano, 1807-1888. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, Volume I, 1953. Disponível em: https://books.google.com.br. Acesso em 01 de setembro de 2022

LIVINGSTONE, David; LIVINGSTONE, Charles. Narrative of an Expedition to the Zambezi and its tributaries; and of the discovery of the lakes shirwa (1858-1864). London: Jhon Murray Albemarle Street, 1865. Disponível em: <http://www.archive.org>. Acesso em 13 de agosto de 2022.

MIRANDA, Antônio Porfírio de. Notícia acerca do Bonga da Zambézia. Lisboa: Typographia Lisbonense, 1869. Disponível em: <http://www.archive.org>. Acesso em 13 de agosto de 2022.

OLIVEIRA, Delfim José. A província de Moçambique e o Bonga. Lisboa: Coimbra-Imprensa Acadêmica, 1879. Disponível em: http://www.books.google.com.br. Acesso em 25 de outubro de 2019

**Referências Bibliográficas**

ALEXANDRE, Valentim. **O império português (1825-1890): ideologia e economia**. Análise Social, vol. XXXVIII (169), 2004, 959-979. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218650604I3uCQ0xh3Fc45BI0.pdf. Acesso em 10 de maio 2022

BHABHA, Homi K. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BUENO, Winnie de Campos. **Processos de resistência e construção de subjetividades no pensamento feminista negro: uma possibilidade e leitura da obra Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment (2009) a partir do conceito de imagens de controle**. Dissertação de mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, RS, 2019.

CAPELA, José. Donas, Senhoras e Escravos. Porto: Edições Afrontamento, 1995.

CAPELA, José, "Como as Aringas de Moçambique se Transformaram em Quilombos". **Revista Digital Tempo**, 2005, pp. 70-97.

FARRER, Guilherme. Os “colonos” do Vale do Zambeze: uma introdução. Temporalidades - **Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG.** Vol. 4, n. 2, Ago/Dez 2012. Disponível em: www.fafich.ufmg.br/temporalidades. Acesso em 30 de setembro de 2022

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio, 2016

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea.** São Paulo: Selo Negro, 2008.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira. **A diplomacia do Império- Política e Religião na partilha de África (1820-1890)**. Lisboa: Edições 70, 2012, pp. 23-55.

MBEMBE, Achile. **Crítica à razão Negra**. Lisboa: Editora Antígona, 2014.

MOUTINHO, Mario. **O INDÍGENA NO PENSAMENTO COLONIAL PORTUGUÊS (1895-1961)**. Edições Universitárias Lusófona, 1996, Lisboa.

MUDIMBE, Valentin Yves. **A invenção da África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Mangualde, Luanda: Edições Pedago; Edições Mulemba, 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petropólis: Editora Vozes, 1999. p.17-40.

NEPOMUCENO, Iamara de Almeida. **Guerra de Massangano: Luísa do Goengue e o Bonga - interações sociais e poder feminino no vale do Zambeze (1867-1889)**. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 193, 2019.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares: Representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-Asiáticos**, vol. 25, nº 3, 2003. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/eaa/v25n3/a03v25n3.pdf.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Tradução Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PÉLISSIER, René. **As campanhas coloniais de Portugal (1844-1941)**. Coleção História de Portugal. Editorial Estampa, Lisboa 2006

PÉLISSIER, René. **História de Moçambique, formação e oposição (1854-1918)**. Lisboa: Estampa, 1994, v. I

Reis, Luís Filipe Moreira Alves do Carmo. **VISÕES DE IMPÉRIO NAS VÉSPERAS DO “ULTIMATO”: Um Estudo de Caso sobre o Imperialismo Português (1889)**. Universidade do Porto-Centro De Estudos Africanos. Lisboa, 2006.

RITA-FERREIRA, A. **Fixação Portuguesa e História pré-colonial de Moçambique. Est., Ens., Doc. 142**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1982. Disponível em: macua.blogs.com/files/história-pre-colonial-de-moçambique.pdf.

RODRIGUES, Eugenia. **Chiponda, a "senhora que tudo pisa com os pés". Estratégias de poder das *donas* dos prazos do Zambeze no século XVIII**. Anais do I Simpósio Internacional O Desafio da Diferença. Salvador: UFBA, 2000. Disponível em: http://www.desafio.ufba.br/gt3-002.html. Acesso em 04 de outubro de 2022

THOMAZ, Omar Ribeiro. **Ecos do Atlântico Sul:Representações sobre o terceiro império português**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ- Fapesp, 2002.